



## **“Quem mais participa mais conquista”: Os desafios de ser movimento e atuar na execução de programas habitacionais**

Amanda Menconi Hornhardt

### *Resumo*

Esta comunicação busca analisar como o movimento social urbano se relaciona com a política pública, quais os aprendizados que acumula a partir desta relação e como esses aprendizados reconfiguram seu “jeito de ser” movimento ao longo do tempo. Escolhemos como objeto de pesquisa o Movimento de Moradia da Leste II (MOM-Leste II) que, desde sua origem em 1984, buscou acessar programas habitacionais à nível municipal, estadual e federal. Sob o lema “Quem mais participa mais conquista”, se consolidou como uma organização bem sucedida no tocante a entrega de unidades habitacionais, e que se orgulha de ter conquistado mais de 30 mil moradias em 30 anos de existência.

A metodologia utilizada foi a observação participante de cunho etnográfico e a análise comparativa por meio da aplicação de survey. A utilização de métodos de caráter etnográfico à pesquisa em Ciência Política possibilitou compreender como se dá a rede de relações dos indivíduos que compõe o movimento e como este se relaciona com a política pública, a partir de um olhar sob a base no nível local, algo pouco explorado na literatura sobre o tema. A análise comparativa foi realizada com base ao survey realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC- UNICAMP) com outras três organizações de movimento social, o que permitiu ampliar a análise para a compreensão de diferentes formas que as organizações encontram para implementar o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E).

O MOM-Leste II é fruto da intensa relação que existiu na década de 1980 entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e setores progressistas na Igreja Católica no ciclo de ocupações que ocorreu Zona Leste paulistana (ZL). Contribuiu para a articulação das diversas ocupações daquele território e para a fundação da União dos Movimentos de Moradia (UMM). Ainda hoje o MOM-Leste II segue organizando a reivindicação por moradia na região, a partir da relação com governos, Igreja e PT. Porém, esta relação se transformou ao longo das últimas décadas.

Os aprendizados acumulados alteraram seu “jeito de ser movimento” por meio da tensão

entre o legado movimentalista e uma lógica clientelista. O movimento gradativamente deslocou a ênfase: da ação direta para a negociação com os diferentes governos; da formação política dentro de um projeto mais amplo de transformação social para uma participação passiva da base do movimento, restrita a demanda pragmática imediata dentro de uma estrutura verticalizada. As características deste “jeito de ser movimento” se desenvolveram ao longo das últimas três décadas e podem ser analisadas por meio da relação do movimento com o MCMV-E. Para acessar o programa, o movimento aperfeiçoou seu grau de profissionalização e burocratização, mesclando elementos empresariais e mercantis à ação movimentalista.

O caso estudado demonstra a dificuldade de estabelecer a fronteira entre o que é o MOM-Leste II e o que é o PMCMV– E, uma vez que as regras para a participação no movimento estão subordinadas as diretrizes da política pública. Buscou-se, portanto, contribuir para o aprofundamento da compreensão sobre os distintos “jeitos de ser” movimento social na atualidade e os desafios de ser movimento e atuar na implementação de políticas públicas habitacionais.

### **1. A história do Movimento de Moradia da Leste II é a história das suas relações**

O MOM Leste-II surge com o apoio da Igreja Católica<sup>1</sup>, sobretudo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) onde circulavam pautas relacionadas aos problemas sofridos pela maioria da população periférica na sociedade capitalista, como baixos salários, carestia, desemprego, falta de moradias e infraestrutura urbana. (Sader, 1989). Circulavam também ativistas do movimento popular, operário e organizações de esquerda que estavam na clandestinidade (*Caccia Bava, 1988*), o que possibilitou um diálogo entre marxismo e Teologia da Libertação. (*Lowy, 1991*).

Ao final de década de 1970, o debate da fundação de um partido de trabalhadores se intensificou na esquerda brasileira e setores da Igreja foram parte deste processo. (*Machado, 2010*). A fundação do PT em 1980 foi uma novidade no cenário político nacional, uma vez que sua hierarquia estratégica estava na construção de um projeto político comum por meio da intervenção nos movimentos populares e sindicais. (Meneguello, 1989; Keck, 1991). A formação política se expressava de maneira transversal nas CEBs, Pastorais, assembleias do MOM Leste-II e nos núcleos de base do PT e se traduzia na amálgama entre

---

<sup>1</sup> Um momento importante do processo que desencadeou na fundação do MOM Leste-II foi o Encontro Regional da Terra, realizado na Matriz de São Miguel em junho de 1983. (Fortunato, 1995). Em maio de 1984, houve um chamado à articulação dos grupos que reivindicavam pautas relacionadas à moradia, o que culminou na formação do Movimento Filhos da Terra, posteriormente chamado de Sem Terra da Leste II e atualmente Movimento de Moradia da Leste II.

as demandas pragmáticas e a construção de uma transformação social mais ampla.

A segunda metade da década de 80 foi marcada por um ciclo de ocupações de terra, muitas delas despejadas de forma violenta. (Fortunato, 1995). Para se fortalecerem, diversas organizações decidiram fundar, em 1987, a UMM, com fundamental participação dos movimentos populares da ZL e da Igreja Católica. (Teixeira e Tatagiba, 2014). Com este nível de formação política nos movimentos, não havia naquele período uma dissociação entre negociar com o poder público e pressionar por meio de ocupações e manifestações. Todas essas táticas eram parte do repertório de ação coletiva e utilizadas de forma combinada a depender da estrutura de oportunidades políticas.

A partir do final de década de 1980, a derrocada do chamado “socialismo real” e o combate à Teologia da Libertação empreendido pelo Vaticano impactaram as organizações de esquerda. O PT passou a deslocar seu eixo prioritário para a dimensão eleitoral (Ribeiro 2008), ampliando seu arco de alianças e sua captação de recursos (Coelho, 2005), processo que impactou a dinâmica movimentalista (Amaral, 2010). O MOM Leste-II centrou sua atuação na eleição de Luiza Erundina para prefeita e Valfredo Ferreira para vereador.

A gestão Erundina foi a que mais destinou verbas para moradia popular (Iffly, 2010) por meio dos mutirões auto gestionários realizados em áreas desapropriadas e com financiamento público, conferindo autonomia aos movimentos na gestão dos recursos. Para acessá-los, os movimentos precisaram se profissionalizar e o MOM Leste-II criou a Central de Entidades Populares (CEP) (Fortunato, 1995). Nenhum representante do MOM Leste-II assumiu cargo na gestão e seguiram mobilizando estratégias de ação direta. Segundo um coordenador do período:

“O que foi bom no governo Erundina é que o movimento não se atrelou ao partido nem a administração. Ele se estruturou, mas manteve a sua autonomia! Na hora de ‘dar pau’ fizemos várias caravanas à Secretaria da Habitação, à COHAB. Isso ajudou a avançarmos.” (Entrevista com Neto, in Fortunato, 1995).

Na gestão Erundina o MOM Leste-II pode interagir mais intensamente com a política pública, o que gerou novos aprendizados, como a importância: i) dos resultados para a ampliação da base social; ii) das eleições para o seu reconhecimento como interlocutor político legítimo e iii) da profissionalização do movimento para acessar às políticas habitacionais. Esses aprendizados alteraram seu “jeito de ser movimento”.

A segunda gestão petista na cidade de São Paulo (Marta Suplicy, 2001-2004) não priorizou a demanda por habitação. Nos espaços participativos imperava uma convivência

“pacífica” entre movimentos que buscavam democracia participativa e uma gestão preocupada com interesses eleitorais de curto prazo e a manutenção da governabilidade. (Teixeira e Tatagiba, 2005), o que gerou certa frustração nos movimentos em relação a participação e também com o próprio PT. Nenhuma liderança do MOM Leste-II integrou o governo Marta e, na medida em que exigiam mais da prefeita, se acirravam as animosidades com as lideranças da UMM que eram base de apoio da prefeita. O MOM Leste-II acumulou um novo aprendizado: que “ser do PT” não significava necessariamente “ser vetor das demandas do movimento”.

### *1.1 O PT no Governo Federal*

Os movimentos enxergam na eleição de Lula uma abertura na estrutura de oportunidades políticas no sentido do diálogo para a concretização das demandas históricas dos movimentos. A estratégia de ação do MOM Leste-II foi a realização de Caravanas anuais à Brasília. Diferente das caravanas das décadas de 1980 e 1990, as bases não eram convocadas e, para alguns Coordenadores, estratégias de ação direta são consideradas vandalismo. *Manifestação* é considerado sinônimo do envio de uma comissão de representantes composta pelos Coordenadores Gerais (que possuem maior influência com os atores políticos institucionais) e Coordenadores da Moradia (lideranças intermediárias), que participava de reuniões previamente agendadas:

“O movimento já esteve mais forte, de ir 10 ônibus (...) dormia na grama. Não era só chegar e ir pro hotel (...) Não era o governo que nós temos hoje, que atendia o movimento (...) Já vamos com propostas, audiências marcadas com os ministérios, levamos documentação, áreas, projetos e eles analisam, falam que vai encaminhar e a gente tá cobrando por telefone (...) Temos pessoas mais instruídas, (...) uma comissão que sabe cobrar, sabe a onde ir. Então a gente tá tendo resultado, os apartamentos sendo inaugurados”. (Entrevista com Emir, Coordenador da Moradia, maio de 2014).

Em 2009, no fim de seu mandato, Lula aprovou o MCMV, como forma de enfrentar o *deficit* habitacional por meio da construção massiva de moradias. Esta escolha, em detrimento da desapropriação de áreas ociosas que não cumprem sua função social se deveu ao interesse de aquecer o setor imobiliário, atenuando os impactos da crise econômica, evitando desgastes com os partidos da base aliada, como o PMDB. Priorizava-se o interesse dos empresários da construção civil, por meio de um programa que visava atender principalmente famílias de classe média.

Para as famílias de baixa renda, que recebem até R\$1.600,00, foi criado o *Programa*

*Minha Casa Minha Vida – Entidades* (doravante *MCMV-E*), que é reconhecido como uma conquista dos movimentos que há décadas lutam por uma política nacional de habitação popular para a população de baixa renda. (Teixeira e Tatagiba, 2014). Ele busca incorporar, em pequena escala, os movimentos na gestão da política pública, conferindo autonomia para executarem todas as etapas da obra. Neste sentido:

“A proposta de autogestão pode conviver com o sistema habitacional orientado para o mercado, desde que seja mantido como programa “alternativo”, “piloto”, “experimental”, ou “residual”, como é o caso da modalidade Entidades, que corresponde a 3% do que é investido na modalidade do MCMV Empresa. Mesmo assim, não custa lembrar, mesmo esse “residual” exigiu grande dose de empenho e paciência para ser conquistado. (...) A construção de moradia por meio da autogestão com financiamento público não é uma proposta explosiva ou radical, desde que mantida em pequena escala. De certa forma ela não 'incomoda', pelo menos não no curto prazo. Ela se ajusta e pode ser combinada com a direção central do sistema de produção da moradia orientada para o mercado”. (Teixeira e Tatagiba, 2014).

Segundo lideranças do MOM Leste-II, o fato de o Governo petista não ter proposto políticas para frear a especulação imobiliária fez com que muitos projetos do MCMV-E fossem inviabilizados, uma vez que a competição entre as entidades e o mercado é profundamente desigual. A saída encontrada foi avançar no extremo leste, ampliando a periferia. Entre 2014 e 2015, quase todas as obras gerenciadas pelo MOM Leste-II com verba do MCMV-E foram em regiões distantes, como foi o caso dos empreendimentos: Vila de São Miguel e Renato Oliveira em Itaquaquecetuba; Santa Genoveva em Guarulhos, Curuçá I e Lageado L em Ferras de Vasconcelos, Guaianases M e Joaquim Leal em Guaianases; Cidade Tiradentes e Tiradentes V na Cidade Tiradentes e o Vila Sílvia, Itaquera e Santa Etelvina em Itaquera. Outra saída foi buscar estabelecer parcerias com os governos municipal e estadual para acessar recursos complementares:

“Você pega 76.000 do Governo Federal, 20.000 do Governo do Estado e da prefeitura de São Paulo mais 20.000. (...) As poucas terras que restam estão muito caras”. (Entrevista com Coordenador Geral para o NEPAC, abril de 2014).

Apesar de ser possível perceber na base do movimento críticas em relação ao fato dos empreendimentos acabarem empurrando a população pobre para localidades ainda mais longínquas, a situação de precariedade em que se encontram faz com que esta seja vista como a única forma de acessar o sonho da casa própria. Além disso, a falta de espaços de deliberação coletiva contribui para que essas críticas permaneçam veladas, imperando uma sensação de

resignação perante o que é oferecido. Os Coordenadores, apesar de reconhecerem que aquilo que o Governo Federal oferece está aquém da demanda da entidade, buscam não ultrapassar na negociação o limite daquilo que o governo considera como “possível” e, para alguns, as imposições das políticas públicas podem exercer pressões no sentido de limitar as estratégias de ação dos movimentos, reduzindo seu potencial conflitivo:

“Antes era pressão e ação direta. Hoje você liga ou SMS. Nós lideranças nos acomodamos. É a facilidade que você tem de enfrentar a política. Quando você chega pra enfrentar você é bem recebido, traz copinho de água, elogia o movimento, então você perde a ação”. (Entrevista com Junior, Coordenador da Moradia, maio de 2014).

“O governo tem outra demanda que não é a do movimento, tem que dar resposta a quem financia, não quer conflito. Acreditar que ir pro governo vai solucionar o problema é engano. (...) Pela exigência das entidades que patrocinavam os projetos, prefeituras, governos, 'estou ajudando vocês, não quero ocupação', entendeu?”. (Entrevista com Sebastião, Coordenador da Moradia, maio de 2014).

“Por conta dos recursos captados em algumas prefeituras ligadas ao PT principalmente, o movimento como um todo, não só movimento de moradia, se institucionalizou. Aí a cartilha que passou a rezar não era mais a da Igreja, da opção preferencial pelos pobres. Tinha que dar conta da prestação de contas, da linha política... as ocupações perderam o fôlego que tinham na década de 80, aí a grande bandeira passou a ser a negociação”. (Entrevista com Jorge, Coordenador da Moradia, julho de 2014).

Na Caravana de 2014 a resposta foi que era necessário aguardar o resultado das eleições, para que, caso o PT fosse reeleito, fossem iniciadas as obras do PAC 3. De fato, nas eleições o MOM Leste II seguiu apoiando o PT, pois, segundo um Coordenador “*Não é melhor que nada? Se entrar o Alckmin, não vai ter PAC 3. Já pensou segurar a família 4 anos na Comunidade sem perspectiva?*” O que determinou o apoio à reeleição de Dilma Rousseff não era mais a evocação do “legado movimentalista” construído a partir de uma dimensão mais ampla de transformação social sistematizada em um projeto político comum. O PT passou a ser considerado um “um mal menor”.

Na organização do MOM Leste-II no gradiente entre prioridade e exclusividade, a demanda pragmática foi, cada vez mais, se aproximando desta última. Na medida em que isso acontecia, tornava-se importante deixar de ser uma organização reivindicatória para se transformar em um parceiro confiável do governo para gerir a política pública. Ao hierarquizar

---

<sup>2</sup> Emir, Coordenador da Moradia, maio de 2014.

sua atuação pela eficiência técnica, sobrou pouco espaço para que suas lideranças tentassem efetivamente alargar os limites da política, se acomodando a ela.

## **2. A forma de organização do Movimento de Moradia da Leste II**

Assim como diversas organizações de luta por moradia, o MOM Leste-II se estrutura por meio de “grupos de origem”, característica herdada da experiência das CEBs. As chamadas “Comunidades da Moradia” estão localizadas nos bairros que compõe a Diocese de São Miguel Paulista. Na década de 1980 funcionavam 59 Comunidades que elegiam representantes para a Coordenação Geral (Fortunato, 1995). Atualmente existem 31 Comunidades, com cerca de dois coordenadores cada uma e 3 mil famílias em sua base social.

A Coordenação Geral do movimento não é mais eleita, é composta por duas lideranças que alcançaram enorme prestígio por serem parte importante da história das conquistas da entidade: Um padre defensor das lutas populares e com grande influência política na região e um gestor com grande habilidade técnica para a elaboração e execução de projetos. As atividades são:

- reuniões nas Comunidades da Moradia com as famílias cadastradas
- reuniões mensais dos Coordenadores Gerais e Coordenadores da Moradia;
- Assembleias com toda a base do movimento;
- Mutirões e o “Dia da Solidariedade”;
- Escola de Cidadania
- Reuniões dos “Beneficiários”

O MCMV-E possui critérios específicos e cabe ao movimento selecionar pessoas que cumprem estes requisitos. Mas, para além dos critérios definidos pelos governos, muitos movimentos possuem critérios específicos, relacionados à participação nas suas atividades. A participação visa garantir a imparcialidade da escolha das famílias que serão contempladas e diferenciar a postura passiva de inscrição em algum programa do governo, da participação ativa em um movimento social. Quanto mais parcerias a organização estabelece com os governos, maior é a centralidade do critério da participação, uma vez que a quantidade de unidades habitacionais geralmente está aquém da demanda dos movimentos. No caso do MOM Leste-II a centralidade deste critério aparece de forma explícita no lema da organização: “Quem mais participa mais conquista”. Segundo uma Coordenadora da Moradia:

“Cada comunidade tem um sistema, na minha é caderno de presença. Toda reunião você leva a ficha pra marcar. Quando vier as vagas a gente vai pegar seu cartão do mutirão junto com o caderno da comunidade e quem tiver mais pontos pega. Na Assembleia é as fichas... tudo tem controle pra saber se você foi, senão vira bagunça. (...) O movimento é assim, quem mais participa, mais conquista. Se você vai direitinho não tem como não conquistar, mas se você não vai, não conquista, só quem mais participa”. (Entrevista com Clara, Coordenadora da Moradia, maio de 2014).

O ritmo frenético da vida daqueles que habitam a periferia paulistana é um fator limitante para participação no MOM Leste-II. Muitos acordam cedo para pegar as conduções lotadas no precário sistema de transporte público da capital e, ao retornar, necessitam dar conta de um intenso ritmo de reuniões para conquistar um direito. Devido a histórica múltipla militância entre os movimentos de moradia e a Igreja Católica, a maneira como as organizações utilizaram o conceito de participação esteve vinculado a uma ideia cristã de merecimento como recompensa após anos de sofrimento. (Commerford, 1999). O sofrimento funciona como a instância legitimadora, que torna justo o acesso a um direito. (Loera, 2006).

A participação dos sujeitos no MOM Leste-II é dividida em dois momentos. O primeiro, que chamaremos de “*Fase Movimentalista*” é a das Comunidades da Moradia, Assembleias, da Escola da Cidadania e dos Mutirões de Solidariedade. O segundo, que chamaremos de “*Fase dos Beneficiários*” é a da política habitacional, dos mutirões e das reuniões com as famílias que foram contempladas com uma Unidade Habitacional. Vejamos como se dá a participação política nas diferentes “fases” do MOM Leste-II.

### 2.1 A “*Fase Movimentalista*”

Para começar a participar é necessário inscrever-se em alguma **Comunidade da Moradia** e frequentar as reuniões que acontecem em locais como Igrejas Católicas, Centros Comunitários, sedes de ONGs e movimentos sociais, garagem de alguma casa, na rua, em um lava rápido, em um salão de cabeleireira, etc. A Comunidade geralmente carrega o nome de sua liderança, do bairro, ou algum nome relacionado à luta da moradia. São elas:

1) Quilombo Guaianases	16) Comunidade Fazenda do Carmo
2) Associação por Educação e Moradia	17) Igreja Nossa Senhora do Carmo
3) Amigos do Bairro São Miguel	18) Comunidade Tajuíbe
4) Associação de Moradores da Vila Reis	19) Jardim Nélia
5) Associação Comunitária Santa Luzia	20) Jardim Popular
6) Sem Terra da Zona Norte	21) Galpão da Cultura e Cidadania
7) Associação Mulheres Voluntárias	22) Maria Pantanal e Simone
8) Unidos pela Cidadania	23) Meninos Carentes da Zona Leste
9) Comunidade Aymoré	24) Moradia Ágape

10) Comunidade Babi	25) Movimento da Moradia Vila Nova Curuçá
11) Comunidade Bom Jesus do Cangaíba	26) Nossa Senhora de Fátima
12) Comunidade Bom Jesus do Brás	27) Parque Guarani
13) Catedral de São Miguel	28) São Francisco de Assis
14) Comunidade Clara	29) São Miguel Arcanjo
15) Comunidade Esperança	30) Ururá
	31) São Miguel Arcanjo

Nas reuniões das Comunidades são transmitidas as informações recebidas nas *Reuniões de Coordenadores* que acontecem mensalmente na Catedral de São Miguel. O tema principal são os convênios com os governos e o MCMV-E e as reuniões mais cheias são aquelas próximas à divulgação dos nomes daqueles que serão contemplados com uma unidade habitacional. Apesar do contínuo esforço dos Coordenadores da Moradia para animar as pessoas a participar, as Comunidades pouco contribuem para forjar laços indenitários que superem a demanda imediata da casa e não há uma identidade prévia que justifica o agir coletivo. O público que o movimento representa está em permanente construção, assim como o movimento é constantemente produzido.

A inscrição pode ser feita online no site do MOM Leste-II e a escolha da Comunidade da Moradia é um campo obrigatório do cadastro. Só pode participar quem estiver cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais e ter renda familiar mensal de até R\$ 1.800,00. No campo “Quem não pode participar”, é esclarecido o impedimento àqueles que tenham débitos não regularizados junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Ao finalizar o cadastro é necessário confirmar a seguinte autorização:

“AUTORIZO a Pastoral Da Moradia Leste II<sup>3</sup> e o Agente que financia as unidades ofertadas a fazer pesquisa cadastral no SCPC, Serasa, e CADMUT de todos os membros declarados na composição da Renda Familiar, que meus dados sejam fornecidos a parceiros imobiliários da Pastoral Da Moradia Leste II para comunicar ofertas de unidades habitacionais compatíveis com meu perfil socioeconômico”. (Site Movimento Pela Moradia Leste II, fevereiro de 2015).

Deparamo-nos com uma situação em que a participação no MOM Leste-II está subordinada as exigências do MCMV-E, o que dificulta a delimitação da fronteira entre o movimento social e a política habitacional. Sobre a entrada de novas pessoas no movimento, um coordenador esclarece:

“Tem uma série de critérios e o programa é do governo, não é nosso, então,

---

<sup>3</sup> Com a informatização foi criada novas nomenclatura: “Movimento Pela Moradia Leste II” ou “Pastoral da Moradia Leste II”. Utilizaremos “Movimento de Moradia da Leste II”, que é o nome pelo qual fui apresentada ao movimento pelas suas principais lideranças.

as pessoas tem que se adaptar ao programa (...) mandamos ela fazer o CAD Único e esperamos para ver se ela é aprovada (...) se ganha de zero a R\$1.600, se não deve para o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (...) Muitos chegam aqui são excluídos, por estar fora dos critérios (...) Se tiver dúvida, eu peço para entrar no site da Caixa e ver lá 'Minha Casa, Minha Vida'. Se você se encaixar no perfil, tudo bem". (Entrevista com Coordenador Geral para o NEPAC, abril de 2014).

Além da participação na Comunidade da Moradia é necessária a participação nas Assembleias da Moradia, que ocorrem em algum mutirão em obra, no último domingo de cada mês. Nas “Assembleias” há uma evidente divisão espacial, em que as principais lideranças ficam em cima de um palanque e apenas os Coordenadores Gerais falam no microfone. O propósito da “Assembleia” não é a consulta pública sobre determinada questão, mas informar as famílias sobre decisões já tomadas pelos Coordenadores Gerais sobre o andamento das obras e o estabelecimento de novas parcerias junto aos governos. Um Coordenador da Moradia afirma que as mudanças que ocorreram no movimento se assemelham as mudanças ocorridas dentro do PT: “As decisões são tomadas por uma minoria, da mesma forma que acontece dentro do partido. Você vai numa assembleia e ali você elege os representantes... isso não existe mais. As vezes que eu questiono alguma coisa vira uma polvorosa”. (Entrevista com Cláudio, maio de 2014).

A força que os Coordenadores do MOM-Leste II tem para conquistar suas demandas no diálogo com atores político-institucionais advém da capacidade de mobilização das suas bases. Assim, muitos destes são convidados a falar nas Assembleias sobre os acordos estabelecidos e, nesses momentos, a divulgação das Assembleias é feita sob o nome de “Ato”. Alguns desses “atos” foram realizados no Residencial Vila de São Miguel, na cidade de Itaquaquecetuba, empreendimento do MCMV-E com financiamento da Caixa Econômica Federal e apoio de outras forças políticas.

O primeiro deles, realizado em 2012, recebeu o Secretário de Infra Estrutura Urbana e Obras da gestão Kassab, Marcos Penido para formalizar a liberação da compra antecipada daquele terreno. A verba viria dos recursos que o CDHU de São Paulo recebia do Governo Federal. No dia do ato, a planta do projeto já estava pronta juntamente com uma foto aérea do que viria a ser aquele conjunto habitacional. Antes da finalização da obra, em 2014, foi realizado outro “ato” no local com o Governador Geraldo Alckmin:

“recebemos o Governador Geraldo Alckmin na obra do residencial Vila São Miguel e temos muito para comemorar (...) foi autorizada a transferência de terrenos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) para viabilizar os empreendimentos Curuçá I, Tiradentes V, Lajeado L e

Guaianazes M”. (Site do Movimento Pela Moradia Leste II, pesquisado em janeiro de 2015).

É interessante perceber que o termo “ato” foi ressignificado, não sendo mais empregado, como era na década de 1980, para designar passeatas e manifestações de rua, que visavam abrir negociação com os governos ou pressionar para que estes cumprissem suas promessas. O repertório de ação coletiva do movimento incorporava táticas disruptivas e de ação direta que eram respaldadas pelo tipo de formação política horizontal que se fazia no período, influenciada pelas CEBs e pelo método de Paulo Freire. Há, portanto, uma relação dialética entre formação política e o repertório de ação coletiva do movimento, uma vez que a formação fornece a base de convencimento, para que os participantes empreendam determinadas ações. Assim, se sempre existiu uma tensão entre politização e pragmatismo, com o passar do tempo, a ênfase foi se deslocando do primeiro para o segundo, o que refletiu diretamente no tipo de formação política oferecida pelo movimento.

Qual seria, portanto, o caráter da formação política ideal para o MOM Leste-II empreender as estratégias de ação que costumou mobilizar no último período? Segundo um Coordenador Geral do movimento, para ampliar sua base social é necessário oferecer pouca formação política e não incentivar a participação das pessoas em protestos e manifestações:

“As pessoas estão pelo imediato de conseguir moradia. Então você vai dando uma dose muito pouco, quase homeopática. (...) porque se você der uma dose cavalgar eles vão embora e não voltam mais. Vai tratando igual um doente, bem pouquinho durante 18 a 24 meses que vai pegar a moradia, pra que ele saia um pouquinho entendendo bem a história”. (Entrevista com Coordenador Geral para o NEPAC, abril de 2014).

Atualmente, a formação política no MOM Leste-II deixou de ser uma preocupação transversal e foi relegada a um espaço específico, a **Escola da Cidadania**. Fruto de uma parceria com a UNIFESP, trata-se de um espaço que agrega diversas lideranças da Zona Leste que transitam pela Paróquia do Padre Ticão. A cada encontro uma personalidade política palestra e os participantes elaboram um TCC sobre alguma luta por cidadaniacebem um diploma do curso. Segundo materiais do movimento: “*Cada Comunidade participa com 3 a 4 Coordenadores; 2 a 3 Jovens; 1 a CADA 20 FAMÍLIAS. Em 2013 só poderá ser Coordenador quem participar da ESCOLA DA CIDADANIA*”. (Boletim da Moradia, fevereiro, 2013).

Para que as lideranças participem, o MOM-Leste II oferece incentivos seletivos em relação ao número de unidades habitacionais destinados a cada Comunidade da Moradia. Quando o movimento consegue uma parceria com o governo, as unidades habitacionais

conquistadas são divididas a partir do critério da participação dos Coordenadores nas atividades do movimento, sendo a Escola da Cidadania uma delas. No último sorteio realizado em 2014, as 500 unidades habitacionais conquistadas foram divididas entre as 31 comunidades, sendo que a comunidade mais ativa ficou com 76 vagas enquanto a comunidade menos ativa ficou com apenas uma vaga. Assim, para parte significativa dos coordenadores a participação na Escola de Cidadania se dá, sobretudo, devido à responsabilidade destes com a sua Comunidade.

“A comunidade que não manda de 2 a 3 coordenadores pra Escola da Cidadania perde umas 5 vagas quando sai. Tudo é cobrado fã, a gente tem que participar. Nós coordenadores temos a nossa responsabilidade. Na nossa falha a comunidade perde os pontos”. (Entrevista com Carmen, Coordenadora da Moradia, maio de 2014).

As palestras geralmente são oferecidas por pessoas que tiveram, ou ainda tem, uma trajetória política próxima ao PT. Assim, apesar do MOM Leste-II negociar com diversos partidos, é possível afirmar a existência de resquícios de um projeto político comum construído no passado com o PT. Porém, segundo um Coordenador da Moradia, trata-se de uma formação política bastante distinta da oferecida pelas CEBs durante a década de 1980, o que traz implicações ao MOM Leste-II no tocante à renovação das lideranças:

“A formação é criar consciência. Proporcionar que os atores da história atuem, não sejam coadjuvantes. No movimento eu vejo que as massas são massas de manobra. (...) Ela está indo lá porque se ela não for ela vai ficar sem presença. Tem que repensar. Eu não ‘to’ sentindo formar novas lideranças. Quase não tem liderança jovem. (...) Não tá formando, tá informando e informação não muda consciência (...) O importante agora são os números. A prestação de contas”. (Entrevista com Cláudio, Coordenador da Moradia, maio, 2014).

Em março de 2015, faleceu Clara, Coordenadora da Comunidade que carregava o seu nome. Após seu triste e inesperado falecimento que impactou a todos, a organização não possuía outro Coordenador para desempenhar o papel desempenhado por ela. O Coordenador Elias, que possui importante trajetória nos movimentos sociais, se dispôs a assumir a comunidade, porém ele era também coordenador da Comunidade de seu bairro, além de auxiliar a coordenação de outras duas comunidades coordenadas por ativistas que estão com idade mais avançada. A falta de lideranças faz com que os Coordenadores da Moradia fiquem sobrecarregados e concentrando tarefas.

É sabido que a formação política contribui para a consolidação das lideranças no movimento, possibilitando a renovação de quadros e a síntese geracional da organização. Uma formação política feita “em doses homeopáticas”, sem ir além da motivação pragmática dos

participante e de forma passiva, contribui para um descompasso entre a renovação das bases e das lideranças do MOM Leste-II, uma vez que a base se renova rapidamente, pois as famílias deixam o movimento após a conquista da moradia. A escassez de quadros políticos, sobretudo jovens, é um risco para o MOM Leste-II, uma vez que ele necessita de lideranças para coordenar as Comunidades da Moradia.

Os chamados “**Movimentos por Cidadania na Zona Leste**” que participam da Escola da Cidadania se reúnem também, muitas vezes, no salão da Igreja. Essas lutas são entendidas pelo MOM Leste-II como continuidades da luta por moradia: “é tipo um trem, a moradia é a locomotiva, o movimento com mais resultado, e atrás dela vem outros movimentos”, afirmou um coordenador. Nestas intersecções são construídos os sentidos da participação:

“O que é que é participar? Tem que ir na reunião da saúde, educação, na assembleia, no mutirão... tudo vale ponto, faz parte do movimento. Você vai morar no apartamento, mas teu filho não precisa na escola? Isso é educação. Teu filho fica doente, precisa do hospital. Isso é saúde. Então a gente luta por tudo. (Entrevista com Clara, Coordenadora da Moradia, maio de 2014).

No caso do MOM Leste-II não é necessário que a pessoa cadastrada compareça pessoalmente às reuniões. Ela pode enviar um representante, como um familiar, vizinho ou conhecido, que leve a ficha para poder carimbar a presença. Assim, apesar dos esforços de unificação das lutas na ZL, o que mais pesa nas atividades é um tipo de participação passiva e pragmática, que enfatiza as conquistas da entidade, traduzidas na quantidade de unidades habitacionais alcançadas, sendo o MCMV-E o principal programa acessado pelo movimento.

Outra importante atividade da chamada “Fase Movimentalista” é o chamado **Dia da Solidariedade**, critério de participação específico do MOM Leste-II e que traduz seu “jeito de fazer mutirão”. Aqueles que ainda estão na “Fase Movimentalista” são convocados a trabalhar durante um final de semana por mês em alguma obra em andamento. Segundo uma mutirante: “*se você trabalha voluntariamente para construir a casa de um irmão, outros irmãos irão trabalhar para construir a sua casa quando chegar a sua vez*”. (Entrevista com Rosa, maio de 2014). Em relação a este critério, um Coordenador explica:

“Quando entra a gente já explica. São 3 critérios: solidariedade, participação e contribuição. Vai no mutirão, na reunião, da saúde, educação, o que tiver vai, que você vai ser contemplado mais rápido pra uma determinada área”. (Entrevista com Elias, Coordenador da Moradia, maio de 2012).

Assim como o conceito de *participação* já mencionado, o conceito de *solidariedade* carrega, ao mesmo tempo, uma justificativa simbólica e pragmática. Simbólica, pois, dialoga

com uma moral religiosa de *merecimento mediante o sofrimento* (Loera, 2006). O sofrimento é visto como forma de assegurar que os beneficiários irão valorizar aquilo que conquistaram, em uma organização marcada por situações de famílias que acabam tendo que vender a casa conquistada. Pragmática, pois, o mutirão hoje se resume ao trabalho na construção e se justifica por possibilitar construir obras com maior rapidez, dentro da lógica da urgência da finalização da obra.

Caso algum membro da família não possa comparecer para prestar a “Solidariedade”, é incentivado que a família pague a diária de um pedreiro, que entre 2013 e 2015 era em média R\$40,00 reais. O movimento possui uma lista de pedreiros que contrata nesses casos e carimba a ficha da família que pagou pela diária, contabilizando sua presença. Este fato torna difícil sustentar o argumento de que o mutirão se justifica na medida em que as famílias acompanham o andamento da obra. Os mutirões são, portanto, a atividade central do MOM Leste-II, entidade que se orgulha de ser uma “campeã de construções”.

## 2.2. A “Fase dos Beneficiários”

Quando o MOM Leste-II consegue fechar uma parceria com o governo para a realização de um mutirão, a coordenação do movimento verifica as listas de presença e faz um sorteio entre as famílias que tiveram mais presença. Estas passam a fazer parte de um novo grupo e deixa de ser necessário participar das reuniões nas Comunidades da Moradia, das assembleias mensais e das reuniões de outros Movimentos por Cidadania da Zona Leste, uma vez que “para de contar ponto”.

A única exigência é que as famílias participem da reunião dos beneficiários do programa habitacional que é realizada com o Coordenador Geral, uma vez por mês; e que trabalhem no mutirão todos os finais de semana e feriados. São também convocadas para reuniões do Trabalho Técnico Social, quando a construção se dá por meio do MCMV-E. O contato dos beneficiários com a base do movimento passa a se dar apenas durante o trabalho no mutirão, onde os Solidários encontram os Beneficiários. No Vila de São Miguel, embora sejam 138 apartamentos, passaram por lá toda semana cerca de 3.000 “famílias solidárias” e a utilização do trabalho gratuito da população de baixa renda é vista como condição necessária para que estes alcancem um direito já constitucionalmente assegurado:

“Esse do São Miguel tem a parte de mão de obra qualificada que eu contrato pedreiro, mas temos 40% de mão de obra mutirante. Porque quando nós fomos fechar o contrato lá era 79 mil, 59 mil do governo federal mais 20 mil do estadual. E você teve que colocar mão de obra de mutirão para conseguir fechar os custos da obra”. (Entrevista com Coordenador Geral para

o NEPAC, abril de 2014).

As reuniões do Grupo de Beneficiários são realizadas no chamado **Palácio da Moradia**, prédio adquirido pelo MOM Leste-II. No Palácio trabalha o corpo técnico do movimento, uma empresa de administração de condomínio e há um auditório com capacidade para mais de cem pessoas. O corpo técnico do MOM Leste-II é subordinado aos Coordenadores Gerais é composto por:

- um engenheiro civil
- dois arquitetos
- dois estagiários de engenharia
- uma psicóloga
- duas assistentes sociais
- uma pedagogo
- dois auxiliares do Trabalho Técnico Social
- uma gestora financeira
- um auxiliar administrativo
- dois contadores
- dois advogados

Os parâmetros exigidos pelas políticas públicas acabam por exercer pressão nas organizações de luta por moradia para que elas se remodelem internamente no sentido de uma maior profissionalização, capaz de convertê-las em parceiros confiáveis dos governos na gestão dos recursos. Assim, para mediar os projetos de mutirão entre o movimento e governo, o MOM Leste-II criou uma espécie de “CNPJ do movimento, chamado de Centro de Promoção Humana e Cidadania

Se situação semelhante já havia ocorrido durante a gestão Erundina, quando o MOM Leste-II, pela primeira vez, geriu com maior autonomia os recursos dos mutirões auto gestionários, é possível afirmar que com o MCMV-E a profissionalização deste movimento se intensificou de maneira decisiva, buscando se adequar as imposições dos governos Lula e Dilma para o acesso à verba. Quanto maior o volume de verbas que as organizações conseguem captar, maior as pressões para a ampliação da burocracia e expertise técnica do movimento, no sentido da implementação eficiente dos projetos.

Antes da obra as famílias que participavam nas Comunidades da Moradia tinham que contribuir mensalmente com o valor referente a duas passagens de ônibus (na época em média

R\$7,00 reais por mês). Ao serem selecionadas, passam a participar do Grupo dos Beneficiários e necessitam contribuir com o pagamento do projeto, chamado de “contrapartida”, que representa 1% do valor da obra. Segundo um Coordenador Geral sobre o exemplo do empreendimento Vila de São Miguel realizado pelo PMCMV-E: “era R\$ 59 milhões do Governo Federal que dava R\$590,00 reais” de contrapartida. O recolhimento desta quantia se justifica porque “a verba do governo demora a sair”.

Além da “contrapartida” há a “taxa do cafezinho” nos mutirões e a diária do pedreiro para cada falta que o beneficiário tiver nos finais de semana e feriados. Muitos participantes e Coordenadores da Moradia não concordam com a forma de funcionamento das fases do movimento, uma vez que, na Fase dos Beneficiários, a pessoa fica por muito tempo tendo que pagar um valor muitas vezes inacessível, o que faz com que pessoas mais pobres desistam.

“Você organiza as famílias nas comunidades, faz uma escolha dentro dos critérios, pra ser justo, priorizar realmente quem está participando e passa pra lá. Ele contribuía com 2 passagens na comunidade, já era difícil, agora é 45, 60 reais todo mês por uns 3 anos. A família pobre que realmente precisa fica fora. Se você fizer um levantamento, quem ocupa as construções é classe média. A classe pobre tá fora”. (Entrevista com Cláudio, Coordenador da Moradia, maio de 2014).

Durante as pesquisas de campo foi possível acompanhar o drama de famílias que, após serem selecionadas perderam o direito à moradia por não conseguirem pagar as dívidas financeiras ou de trabalho. Este é o caso de Maria:

*“No começo era 5 reais (...) depois de muita luta, saiu minha vaga, passei a ir no Curuçá. Daí era 15(...) eu participava do mutirão uma vez por mês e ia nas reuniões, foi assim 2 anos que paguei direitinho. (...) Sempre cuidei da minha mãe e tenho minha filha pra criar. Arrumei emprego, eu não tava conseguindo continuar, meu salário não chega a 700, não tava dando pra mim pra comer. (...) Eu perdi, porque não tive mais como continuar pagando. (...) Fui lá tentar resgatar, achei minha dívida muito puxada, 651 reais da contrapartida mais 600 dos cafezinhos dos meses que parei. (...) Eu não conheço nenhum outro jeito de conseguir a moradia. Pra tudo tem um preço. O governo fala que dá, mas é o suor do povo, a humilhação que a gente passa”. (Entrevista com Maria, maio de 2014).*

Neste caso, o que significa ser um Movimento Social hoje? Como estão sendo ressignificados os sentidos da participação? Na busca por essa compreensão, percebeu-se forte presença de uma ideia de movimento social como um “investimento”:

“Faço reunião pra família entender esse processo como um investimento. Igual uma poupança, um cofrinho. Cada reunião, cada dia que ele vai prestar solidariedade, tem que ser como um investimento”. (Entrevista com Jorge, Coordenador da Moradia, maio de 2014).

Participar exige dedicação árdua e um planejamento financeiro prévio (muitas vezes inacessível às famílias periféricas) para pagar as prestações, sem o qual muitas famílias correm o risco de perder o direito à moradia, mesmo tendo cumprido com o critério de presença e sido sorteada pelo movimento. Para a principal liderança, o movimento social “é como um crediário das Casas Bahia”.

Como alcançar resultados em contexto, onde a lógica empresarial se sobrepõe à lógica movimentalista? Onde a política pública está nas mãos do mercado e não rompe com a lógica neoliberal? Segundo Cláudio, Coordenador da Moradia, “o movimento de moradia, enquanto movimento, está com os dias contados”:

“Hoje o movimento de moradia, enquanto movimento, está com os dias contados. Se institucionalizou. Agora com esse site não tem mais pra que fazer mobilização, buscar força na comunidade. Hoje a Pastoral tá... é muito forte dizer isso, mas virou uma empresa. Eu vejo isso com muita tristeza. Tem hora que eu fico me questionando, onde foi que eu errei nessa trajetória”. (Entrevista com Cláudio, Coordenador de Comunidade da Moradia, maio de 2014).

Para alcançar resultados dentro deste jogo político, os movimentos populares são pressionados para se tornem cada vez mais “movimentos de resultados”. O caso do MOM Leste-II é exemplar neste sentido, uma vez que, ao traçar contornos mais mercantis, pode ser considerado uma das organizações mais bem sucedidas dentro do desenho de política pública empreendido pelo PT e demais partidos que, guardadas as devidas proporções, priorizam a lógica mercantil em detrimento das reivindicações populares.

### **3. O Residencial Vila de São Miguel**

O Residencial Vila de São Miguel foi inaugurado em 25 de abril de 2015. Em pesquisa realizada pelo NEPAC com beneficiários de quatro mutirões realizados por meio do MCMV-E, dentre eles o Vila de São Miguel, foi possível tecer algumas comparações entre as distintas maneiras que as organizações lidam com este programa habitacional. A primeira delas é que, à semelhança da maioria dos empreendimentos analisados, neste é possível perceber um alto nível de autonomia em relação aos atores externos e boa capacidade de gestão do empreendimento.

Porém, diferente dos demais, no Vila de São Miguel 51,3% dos entrevistados afirmou que não conhecia a entidade antes do início a obra, mesmo tendo sido selecionados após anos de participação na “Fase Movimentalista”. No mesmo sentido, 78,9% dos entrevistados afirmou

não participar de nenhuma organização e o MOM Leste-II não foi mencionado por nenhum dos entrevistados. Isso se explica pelo tipo de formação política empreendido pelo MOM Leste-II, que leva as famílias a se entenderem mais como “beneficiárias de uma política pública” do que como “participantes de um movimento social”.

Dentre aqueles que afirmaram participar de alguma entidade, 50% mencionou o Centro de Promoção Humana e Cidadania, entidade vinculada ao MOM Leste-II e que é a responsável oficial pelo projeto (pessoa jurídica). Isso demonstra uma grande cisão entre a participação das famílias na Fase Movimentalista e a participação na Fase dos Beneficiários

Se comparado a outros mutirões do MCMV-E, o Vila de São Miguel apresentou menor índice de envolvimento e satisfação das famílias com o processo participativo e menor índice de assiduidade nas reuniões. Há um alto nível de “concentração do poder” em um Coordenador Geral as famílias beneficiadas não controlam o processo de construção da obra. Poucos beneficiários afirmaram terem discutido sobre as escolhas que, segundo o MCMV-E, cabem ao movimento, como, por exemplo, a compra do terreno, o projeto da casa, dos materiais, a fiscalização dos gastos e a escolha das unidades habitacionais. Segundo o Coordenador Geral, os futuros moradores são convocados apenas para decidir sobre detalhes da obra:

“Eu falo para eles 'com esse dinheiro não dá para pôr caixinha de alumínio, falta tanto. Quer completar? Ah, vamos pôr de alumínio então', daí coloca. Vamos por uma porta um pouco melhor 'se vocês derem mais tanto a gente já põe a porta definitiva?' (...) aquele dinheiro que ia pto acabamento você joga pra parte externa, isso possibilita ter uma obra melhor com os mesmos recursos”. (Entrevista com Coordenador Geral para NEPAC, abril de 2014).

A avaliação das reuniões da Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO) e da Comissão de Representantes (CRE) foi menor que a dos demais empreendimentos. Segundo a técnica social do empreendimento Vila de São Miguel, as reuniões se limitam a dinâmicas recreativas que possibilitam aos beneficiários “se aproximarem e exercerem tarefas de forma coletiva, propiciando que estes sejam preparados para a convivência em grupo”. (Entrevista com Marcela, abril de 2013). Segundo a mesma, é comum alguns perguntarem “que horas acaba a brincadeira e começa a reunião?”.

Neste sentido, identificou-se que “o modo de ser movimento” do Movimento de Moradia da Leste II, ao mesmo tempo que o capacita para ser um “campeão de construções”, amplia o afastamento entre a base e a Coordenação Geral do movimento, de forma que as decisões permaneçam concentradas nesta última. A urgência de finalização dos projetos se sobrepõe a qualquer tentativa de democracia interna e incorporação das famílias nos processos de decisão.

#### 4. Considerações finais

Em resumo, é possível encontrar alguns elementos fundamentais que marcam as atividades do Movimento de Moradia da Leste II e conformam seu cotidiano político: o abandono de estratégias de ação direta; a relação com outros partidos no governo para além do PT, o pragmatismo e a falta de democracia interna; além do desenvolvimento de uma lógica mercantil de movimento como “investimento”, que tem como efeito uma busca pela “recuperação de custos” sobre o beneficiário, que vai minando a ideia de habitação subsidiada.

Em relação ao futuro do movimento, foi possível encontrar nas entrevistas análises de que, o movimento, de certa forma, se reduziu ao mutirão e se confunde hoje com as políticas públicas governamentais. Para se adequar as exigências das políticas habitacionais e se postular como um “campeão de construções”, o MOM Leste-II passou a atuar dentro de uma lógica de “movimento como investimento” e muitas lideranças afirmam que, de certa forma, o movimento “virou uma empresa”. A lógica mercantil predomina em relação à “lógica movimentalista”, resignificando os sentidos da participação.

Desde que finalizei minha etnografia sobre o Movimento de Moradia da Leste II há dois anos, muita coisa mudou no cenário político nacional. O impeachment da Presidenta Dilma representou um golpe parlamentar que colocou Michel Temer, então vice presidente, no poder, dando início a uma escalada de cortes drásticos nas políticas sociais e ataque aos direitos já conquistados. Para a escrita deste artigo, voltei ao site do movimento na busca de compreender qual o futuro desta organização, que se construiu tão calcada na relação com a política pública, em um contexto de retrocesso da política habitacional. Com a seguinte mensagem encontrada, finalizo o presente artigo:

*“O Movimento pela Moradia gostaria de informar que nosso cadastramento está suspenso para novos participantes. O motivo é que estamos aguardando a aprovação e a liberação de todas as nossas quatorze obras previstas, devido a uma questão de burocracia contratual com órgãos e entidades do governo, como o Ministério das Cidades e o programa Casa da Família com as obras do Minha Casa Minha Vida faixa 1. Assim que dermos continuidade nessas obras já selecionadas, reiniciaremos o cadastramento. Nós do Movimento pela Moradia Leste II agradecemos pela confiança e compreensão de todos vocês.”.* (Site do Movimento Pela Moradia Leste II, pesquisado em outubro de 2017).

## Bibliografia

- Amaral, O M E, *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2010.
- Caccia Bava, S. *A luta nos bairros e a luta sindical*. In Kowarick, L. (Org) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988
- Caccia Bava, S. *As ocupações de terra e a Igreja em São Paulo (1991-1985)*, Cedec, São Paulo, 1988
- Coelho, E. *Uma esquerda para o capital. Crise do marxismo e mudança no projeto político dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005
- Fortunato, E. *A fala e a casa: Os sem-terrado Leste II na luta por moradia*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1995
- Iffly, C. *Transformar a metrópole. Igreja Católica e transformações sociais em São Paulo (1970-2000)*. Editora Unesp, 2010
- Keck, M. *PT: A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. Ática, São Paulo, 1991.
- Lowy, M. *Marxismo e Teologia da Libertação*, Cortez, São Paulo, 1991
- Machado, A. *Os Católicos o PTaram. Os setores católicos e o Partido dos Trabalhadores na grande São Paulo. (1978-1992)*. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 2010
- Meneguello, R. *PT: A formação de um Partido (1979-1992)*. Paz e Terra, São Paulo, 1989
- Ribeiro, P. *Dos sindicatos ao governo. A organização nacional do PT de 1980 à 2005*. Tese de Doutorado, UFSCAR, 2008
- Sader, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.
- Teixeira, A e Tatagiba, L. *Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação*. Instituto Pólis/PUC-SP, São Paulo, 2005.
- Teixeira, A e Tatagiba, L. *Os efeitos do movimento de moradia sobre as políticas públicas*. In: IX Encontro da ABCP, Brasília, 2014.